

Salário maior que de ministro

Os rendimentos dos servidores recém-contratados no governo Lula invertem a lógica de qualquer organização. Muitos funcionários já recebem salários superiores aos R\$ 10.748 pagos aos chefes mais graduados.

Mandam mais e ganham menos

Ministros e secretários recebem salários menores do que o de servidores recém-nomeados. Distorção é ainda maior em relação aos salários da iniciativa privada

Letícia Nobre

Os funcionários do primeiro escalão do governo Lula recebem salário de segunda categoria quando comparados com os rendimentos da iniciativa privada e do próprio setor público. A distorção nos ganhos faz com que os ministros de estado, os secretários e os diretores recebam menos que servidores que acabaram de passar em concurso.

No Banco Central, a situação é emblemática: um funcionário de nível superior da instituição conta com um salário inicial de R\$ 12.960,77, fora as vantagens e as indenizações, um valor bem acima dos ganhos de R\$ 10.748 dos ministros e de R\$ 11.432 de secretários e diretores de ministérios. Quando a comparação é feita com os contracheques da iniciativa privada, a diferença é ainda maior. Diretores de grandes empresas e multinacionais embolsam, em média, R\$ 70 mil mensais. Mesmo assim, os rendimentos dos ministros ainda correspondem a 21 vezes o valor do salário mínimo (R\$ 510), sem contar as vantagens inerentes ao cargo: carro oficial com motorista, diárias elevadas e cartão corporativo para pagar despesas eventuais de viagens.

O "achatamento" salarial das autoridades federais foi agravado pelos aumentos concedidos a algumas categorias de servidores públicos de forma escalonada entre 2008 e 2010. A medida foi duramente criticada pela oposição por aumentarem as despesas públicas, mas o principal efeito colateral foi o aumento da disparidade entre chefes e subordinados. Antes da elevação, em 2007, os ministros recebiam R\$ 8.362,80 e os rendimentos de analistas em início de carreira do Banco Central, por exemplo, eram de pouco mais de R\$ 6 mil.

Na avaliação de Luiz Affonso Romano, consultor organizacional e presidente do Instituto Brasileiro de Consultores de Organizações (IBCO), trata-se de uma estratégia governamental. "Os cargos mais altos deveriam ganhar mais, semelhante ao que ocorre na iniciativa privada, mas o governo preferiu valorizar mais as carreiras de estado como um todo", comenta.

Jeitinho

Para melhorar seus próprios ganhos, os ministros se valem de um esquema que, embora legal, não passa do famoso jeitinho brasileiro. O governo permite que membros da cúpula participem de conselhos de administração, fiscalização e auditoria de empresas e bancos públicos. Só para participarem de reuniões — em geral, uma única vez por mês — alguns ministros engordam seus salários em pelo menos 30%.

No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cada reunião do Conselho de Administração rende cerca de R\$ 6,2 mil para os ministros Miguel Jorge, do Desenvolvimento; Paulo Bernardo, do Planejamento; Carlos Lupi, do Trabalho; e Erenice Guerra, da Casa Civil. Esse valor representa mais de 50% do subsídio de cada um deles. Erenice Guerra embolsa outros R\$ 5,6 mil para participar, junto com Guido Mantega, de uma reunião mensal de um conselho da Petrobras.

No Banco do Brasil e em Furnas a bolada para os conselheiros é menor, de R\$ 3.370 e R\$ 3.356, respectivamente. Nelson Barbosa, secretário de política monetária do Ministério da Fazenda, cujo salário é de R\$ 11.179, é um dos beneficiários.

Todas essas autoridades foram favorecidas por uma interpretação mais elástica da Lei pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que, em 2006, considerou legais esses pagamentos. Isso, apesar de a Constituição Federal, que no artigo 39, determinar expressamente que os ministros "serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória".

Oportunidade

Guido Mantega

Além da remuneração como ministro da Fazenda (R\$ 10.748), Mantega preside, desde abril, o Conselho de Administração da Petrobras, recebendo R\$ 5,6 mil por reunião. Somadas as remunerações, ele recebe R\$ 16.348 por mês.

Paulo Bernardo

O ministro do Planejamento e Orçamento embolsa salário de R\$ 10.748, mais R\$ 6,2 mil pela participação no Conselho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Bernardo também é membro do CMN, mas não há rendimentos para este cargo.

Carlos Lupi

O ministro do Trabalho e Emprego reúne os ganhos como chefe da pasta (R\$ 10.748) com a renda do Conselho de Administração do BNDES R\$ 6,2 mil por reunião). Resultado: ganha R\$ 16.948 mensais.

Herique Meirelles

A Presidência do Banco Central tem status de ministério, portanto Meirelles ganha R\$ 10.748, mas não pode participar de conselhos por determinação da própria instituição. Seu patrimônio está avaliado em R\$ 100 milhões.

Erenice Guerra

A atual chefe da Casa Civil incrementa seus ganhos desde antes de assumir o posto. Hoje, assim como Guido Mantega, ela recebe salário como ministra mais R\$ 5,6 mil como conselheira da Petrobras, totalizando R\$ 16.348.

Nelson Barbosa

O secretário de Política Econômica da Fazenda recebe R\$ 11.179,36 por mês. Acumula salário de professor-adjunto da UFRJ, de R\$ 6.804,73, e rendimento de R\$ 3.370,80 como presidente do Conselho de Administração do Banco do Brasil. Embolsa, por mês, R\$ 21.354,89.

Sem conflito de interesses

Considerado um celeiro de profissionais para o mercado financeiro, o Banco Central aprimorou os mecanismos de transparência e controle sobre seus servidores. Muitos deles assumem posições de destaque na iniciativa privada, mas preferem não romper com a Instituição. Para evitar que estas situações resultem em conflito de interesses, o BC endureceu as regras internas.

Com isso, a Autoridade Monetária perdeu nomes importantes: Gustavo Loyola, ex-diretor de normas e ex-presidente da autarquia; Sérgio Goldenstein, ex-diretor do departamento de mercado aberto; Marcelo Kfoury, atual economista-chefe do Citibank e Carlos Eduardo Sampaio Lofrano, que se aposentou em abril de 2009 e trabalha no Bicbanco.

A resolução da Autoridade Monetária que trata de conflitos de interesses entre as licenças pessoais e os propósitos da instituição é mais drástica do que os normativos elaborados pela Comissão de Ética Pública. O BC proíbe os funcionários de atuarem no mercado financeiro ou áreas que tenham alguma associação com as funções exercidas. No total, essa medida provocou a exoneração de nove servidores, a volta de seis e a aposentadoria de um. Já a Casa Civil apenas limita o exercício de atividades que entrem em choque com os horários ou com a natureza do trabalho exercido.

Fortunas

Na opinião de Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, a resolução não é benéfica para o governo. "É uma pena que exista a restrição. As experiências que os funcionários ganham no mercado acrescentam o trabalho feito ao governo", comenta.

A direção inversa, porém, é a mais vantajosa. Os profissionais que estão do lado de fora do balcão e são convidados a assumir diretorias abrem mão de salários enormes por ganhos considerados insuficientes. No entanto, os R\$ 11,4 mil mensais no BC podem virar fortunas na volta para o mercado. Recentemente, Ricardo Torós, que sucedeu Rodrigo Azevedo na diretoria de política monetária, se juntou ao seu antecessor para montar uma empresa de investimentos, que deve começar a funcionar em breve.

"Em praticamente todo lugar do mundo, nos bancos centrais, a diretoria recebe menos que no mercado privado. É um investimento para a carreira", argumenta Freitas. (LN)

[Voltar](#)

adicionada no sistema em: 06/06/2010 03:54